



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 282, DE 2013** (Do Sr. Francisco Escórcio e outros)

Altera o § 2º do art. 155 da Constituição da República para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços ao consumidor final localizado em outro Estado.

### **DESPACHO:**

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### **APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

### **PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição da República, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** Os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição da República passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.155.....

§2º.....

VII – nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, aplicar-se-á a alíquota interestadual, cabendo ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

VIII – a responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que trata o inciso VII será atribuída:

a) ao destinatário, quando for ele contribuinte do imposto;

b) ao remetente, quando o destinatário não for contribuinte dele;

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Emenda entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

### JUSTIFICAÇÃO

A presente Proposta de Emenda à Constituição, que altera o § 2º do art. 155 da Constituição da República para modificar a sistemática de cobrança do ICMS incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, é matéria de relevante interesse para todos estados da Federação ditos consumidores.

A questão perpassa, principalmente, o comércio não presencial, sobretudo o eletrônico – via *internet* – que tem crescido muito nos últimos anos e que demonstra tornar-se prática comercial muito forte em futuro próximo. Na legislação atual, quando ocorre uma operação interestadual envolvendo contribuintes do ICMS, há a “partilha” do imposto entre o Estado de origem e o do destino da mercadoria. O mesmo, porém, não ocorre quando o adquirente de outra unidade da Federação é o consumidor final. Nesse caso, todo imposto fica para o ente que vendeu o bem ou o serviço. Isso causa substancial impacto na receita tributária dos estados consumidores, além de promover uma verdadeira transferência de renda dos estados mais pobres para os mais ricos, prejudicando o comércio e o emprego na atividade do varejo local.

A presente PEC procura equacionar esse problema de ordem técnica, não visualizado nos idos anos de 1980, quando da promulgação da Carta Magna, visto que, naquela época, o comércio não presencial – principalmente o eletrônico, via *internet* – era muito incipiente.

Atualmente, as vendas via *internet*, *showrooms*, *telemarketing*, por representantes comerciais, catálogos e outras formas não presenciais ganharam vulto econômico expressivo. Somente para ilustrar, uma dessas modalidades – vendas pela *internet* – em 2011 totalizou R\$ 18,7 bilhões, contra R\$ 14,8 bilhões apurados no ano anterior, representando, pois, um crescimento de 26% (vinte e seis por cento).

Desnecessário sublinhar que os estados menos desenvolvidos não podem prescindir da partilha do ICMS decorrente do comércio não presencial, devido a suas debilitadas finanças e condições socioeconômicas.

Assim, procura-se, com esta proposta, alterar a tributação das operações não presenciais, inclusive as relativas ao comércio eletrônico, de modo que se aplique a alíquota interestadual do imposto nas operações e prestações que remetam bens ou destinam serviços ao consumidor final, localizado em outro Estado. Isso, independentemente de o consumidor final ser ou não contribuinte do imposto, seja pessoa física ou jurídica, e independentemente da forma ou meio pelo qual se deu a operação ou a prestação.

A medida contribui, portanto, para se corrigir uma distorção histórica e para diminuir as desigualdades regionais pela maior alocação de recursos tributários aos estados menos desenvolvidos da Federação.

Sala das Sessões, 02 de julho de 2013

### **Deputado FRANCISCO ESCÓRCIO**

**Proposição:** PEC 0282/13

**Autor da Proposição:** FRANCISCO ESCÓRCIO E OUTROS

**Ementa:** Altera o § 2º do art. 155 da Constituição da República para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços ao consumidor final localizado em outro Estado.

**Data de Apresentação:** 02/07/2013

**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

**Totais de Assinaturas:**

Confirmadas 188  
Não Conferem 002  
Fora do Exercício 002  
Repetidas 028  
Ilegíveis 001  
Retiradas 000  
Total 221

**Confirmadas**

1 AELTON FREITAS PR MG  
2 AFONSO FLORENCE PT BA  
3 ALBERTO FILHO PMDB MA  
4 ALEX CANZIANI PTB PR  
5 ALEXANDRE ROSO PSB RS  
6 ALICE PORTUGAL PCdoB BA  
7 AMAURI TEIXEIRA PT BA  
8 ANDERSON FERREIRA PR PE  
9 ANDRE MOURA PSC SE  
10 ANÍBAL GOMES PMDB CE  
11 ANSELMO DE JESUS PT RO  
12 ANTONIO BULHÕES PRB SP  
13 ANTÔNIO ROBERTO PV MG  
14 ARIOSTO HOLANDA PSB CE  
15 ARNON BEZERRA PTB CE  
16 ASSIS CARVALHO PT PI  
17 ASSIS DO COUTO PT PR  
18 AUGUSTO COUTINHO DEM PE  
19 AUREO PRTB RJ  
20 BENJAMIN MARANHÃO PMDB PB  
21 BETINHO ROSADO DEM RN  
22 BIFFI PT MS  
23 CARLOS ALBERTO LERÉIA PSDB GO  
24 CARLOS BRANDÃO PSDB MA  
25 CARLOS ROBERTO PSDB SP  
26 CELSO JACOB PMDB RJ  
27 CELSO MALDANER PMDB SC  
28 CÉSAR HALUM PSD TO  
29 CLEBER VERDE PRB MA  
30 COLBERT MARTINS PMDB BA  
31 COSTA FERREIRA PSC MA  
32 DAMIÃO FELICIANO PDT PB  
33 DANIEL ALMEIDA PCdoB BA  
34 DANILO FORTE PMDB CE

35 DARCÍSIO PERONDI PMDB RS  
36 DÉCIO LIMA PT SC  
37 DELEY PSC RJ  
38 DEVANIR RIBEIRO PT SP  
39 DR. CARLOS ALBERTO PMN RJ  
40 DR. JORGE SILVA PDT ES  
41 DR. LUIZ FERNANDO PSD AM  
42 DR. PAULO CÉSAR PSD RJ  
43 DR. UBIALI PSB SP  
44 DUARTE NOGUEIRA PSDB SP  
45 EDINHO BEZ PMDB SC  
46 EDIO LOPES PMDB RR  
47 EDSON SILVA PSB CE  
48 EDUARDO AZEREDO PSDB MG  
49 EDUARDO BARBOSA PSDB MG  
50 EDUARDO DA FONTE PP PE  
51 EDUARDO SCIARRA PSD PR  
52 EFRAIM FILHO DEM PB  
53 ELIENE LIMA PSD MT  
54 ENIO BACCI PDT RS  
55 EUDES XAVIER PT CE  
56 FABIO TRAD PMDB MS  
57 FÁTIMA BEZERRA PT RN  
58 FELIPE BORNIER PSD RJ  
59 FERNANDO FERRO PT PE  
60 FERNANDO FRANCISCHINI PEN PR  
61 FRANCISCO CHAGAS PT SP  
62 FRANCISCO ESCÓRCIO PMDB MA  
63 FRANCISCO FLORIANO PR RJ  
64 GABRIEL GUIMARÃES PT MG  
65 GENECIAS NORONHA PMDB CE  
66 GEORGE HILTON PRB MG  
67 GERALDO SIMÕES PT BA  
68 GIOVANNI QUEIROZ PDT PA  
69 GIVALDO CARIMBÃO PSB AL  
70 GLADSON CAMELI PP AC  
71 GONZAGA PATRIOTA PSB PE  
72 GORETE PEREIRA PR CE  
73 ILÁRIO MARQUES PT CE  
74 INOCÊNCIO OLIVEIRA PR PE  
75 JAIME MARTINS PR MG  
76 JAIR BOLSONARO PP RJ  
77 JAQUELINE RORIZ PMN DF  
78 JHONATAN DE JESUS PRB RR  
79 JÔ MORAES PCdoB MG

80 JOÃO DADO PDT SP  
81 JOÃO LYRA PSD AL  
82 JOÃO MAGALHÃES PMDB MG  
83 JOÃO PAULO LIMA PT PE  
84 JORGINHO MELLO PR SC  
85 JOSÉ AIRTON PT CE  
86 JOSÉ HUMBERTO PHS MG  
87 JOSÉ NUNES PSD BA  
88 JOSÉ OTÁVIO GERMANO PP RS  
89 JOSÉ ROCHA PR BA  
90 JOSE STÉDILE PSB RS  
91 JOSUÉ BENGTON PTB PA  
92 JÚLIO CAMPOS DEM MT  
93 JÚLIO CESAR PSD PI  
94 JÚLIO DELGADO PSB MG  
95 JUNJI ABE PSD SP  
96 LAERCIO OLIVEIRA PR SE  
97 LÁZARO BOTELHO PP TO  
98 LEONARDO GADELHA PSC PB  
99 LEONARDO MONTEIRO PT MG  
100 LEONARDO PICCIANI PMDB RJ  
101 LEONARDO QUINTÃO PMDB MG  
102 LEOPOLDO MEYER PSB PR  
103 LINCOLN PORTELA PR MG  
104 LUCI CHOINACKI PT SC  
105 LUCIANA SANTOS PCdoB PE  
106 LUCIANO CASTRO PR RR  
107 LUIZ ALBERTO PT BA  
108 LUIZ FERNANDO MACHADO PSDB SP  
109 LUIZ SÉRGIO PT RJ  
110 MAJOR FÁBIO DEM PB  
111 MANATO PDT ES  
112 MARCELO CASTRO PMDB PI  
113 MARCELO MATOS PDT RJ  
114 MÁRCIO FRANÇA PSB SP  
115 MARCIO JUNQUEIRA DEM RR  
116 MÁRCIO MARINHO PRB BA  
117 MARCO TEBALDI PSDB SC  
118 MARCOS MEDRADO PDT BA  
119 MÁRIO HERINGER PDT MG  
120 MÁRIO NEGROMONTE PP BA  
121 MAURÍCIO QUINTELLA LESSA PR AL  
122 MAURO BENEVIDES PMDB CE  
123 MAURO LOPES PMDB MG  
124 MAURO MARIANI PMDB SC

125 NELSON MARQUEZELLI PTB SP  
126 NELSON MEURER PP PR  
127 NELSON PADOVANI PSC PR  
128 NEWTON CARDOSO PMDB MG  
129 NILSON PINTO PSDB PA  
130 NILTON CAPIXABA PTB RO  
131 ODAIR CUNHA PT MG  
132 OLIVEIRA FILHO PRB PR  
133 ONOFRE SANTO AGOSTINI PSD SC  
134 OSMAR JÚNIOR PCdoB PI  
135 OSVALDO REIS PMDB TO  
136 OTAVIO LEITE PSDB RJ  
137 OZIEL OLIVEIRA PDT BA  
138 PADRE JOÃO PT MG  
139 PAES LANDIM PTB PI  
140 PAULÃO PT AL  
141 PAULO FEIJÓ PR RJ  
142 PAULO FREIRE PR SP  
143 PAULO MAGALHÃES PSD BA  
144 PAULO PEREIRA DA SILVA PDT SP  
145 PAULO PIMENTA PT RS  
146 PAULO WAGNER PV RN  
147 PEDRO EUGÊNIO PT PE  
148 PEDRO NOVAIS PMDB MA  
149 PINTO ITAMARATY PSDB MA  
150 PLÍNIO VALÉRIO PSDB AM  
151 PROFESSOR SÉRGIO DE OLIVEIRA PSC PR  
152 PROFESSOR SETIMO PMDB MA  
153 RAIMUNDO GOMES DE MATOS PSDB CE  
154 RENATO MOLLING PP RS  
155 RICARDO BERZOINI PT SP  
156 ROBERTO BRITTO PP BA  
157 ROBERTO SANTIAGO PSD SP  
158 ROMÁRIO PSB RJ  
159 ROSE DE FREITAS PMDB ES  
160 RUBENS OTONI PT GO  
161 SABINO CASTELO BRANCO PTB AM  
162 SALVADOR ZIMBALDI PDT SP  
163 SÉRGIO BRITO PSD BA  
164 SÉRGIO MORAES PTB RS  
165 SEVERINO NINHO PSB PE  
166 SIBÁ MACHADO PT AC  
167 SIMPLÍCIO ARAÚJO PPS MA  
168 STEFANO AGUIAR PSC MG  
169 STEPAN NERCESSIAN PPS RJ

170 TAKAYAMA PSC PR  
171 TONINHO PINHEIRO PP MG  
172 VALADARES FILHO PSB SE  
173 VALDIR COLATTO PMDB SC  
174 VALDIVINO DE OLIVEIRA PSDB GO  
175 VALMIR ASSUNÇÃO PT BA  
176 VANDERLEI MACRIS PSDB SP  
177 VICENTE CANDIDO PT SP  
178 VILSON COVATTI PP RS  
179 VITOR PENIDO DEM MG  
180 WALDIR MARANHÃO PP MA  
181 WALNEY ROCHA PTB RJ  
182 WELLINGTON ROBERTO PR PB  
183 WEVERTON ROCHA PDT MA  
184 WILLIAM DIB PSDB SP  
185 ZÉ GERALDO PT PA  
186 ZÉ VIEIRA PR MA  
187 ZEQUINHA MARINHO PSC PA  
188 ZOINHO PR RJ

<p><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b></p>
---

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

.....

**TÍTULO VI  
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO**

**CAPÍTULO I  
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL**

.....

**Seção IV  
Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal**

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:  
*(“Caput” do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)*

I - transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos; *(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)*



II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

III - propriedade de veículos automotores. (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 1º O imposto previsto no inciso I: (“Caput” do parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

I - relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal;

II - relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;

III - terá a competência para sua instituição regulada por lei complementar:

a) se o doador tiver domicílio ou residência no exterior;

b) se o *de cujus* possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;

IV - terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

§ 2º O imposto previsto no inciso II, atenderá ao seguinte: (“Caput” do parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

I - será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;

II - a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

III - poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

IV - resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;

V - é facultado ao Senado Federal:

a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

VI - salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, g, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais;

VII - em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:

a) a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto;

b) a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele;

VIII - na hipótese da alínea *a* do inciso anterior, caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

IX - incidirá também:

a) sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço; [\(Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001\)](#)

b) sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

X - não incidirá:

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores; [\(Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003\)](#)

b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;

c) sobre o ouro, nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º;

d) nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita; [\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003\)](#)

XI - não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos;

XII - cabe à lei complementar:

a) definir seus contribuintes;

b) dispor sobre substituição tributária;

c) disciplinar o regime de compensação do imposto;

d) fixar, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços;

e) excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos além dos mencionados no inciso X, *a* ;

f) prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias;

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

h) definir os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade, hipótese em que não se aplicará o disposto no inciso X, *b*; [\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001\)](#)

i) fixar a base de cálculo, de modo que o montante do imposto a integre, também na importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço. [\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001\)](#)

§ 3º À exceção dos impostos de que tratam o inciso II do *caput* deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia

elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País. [\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001\)](#)

§ 4º Na hipótese do inciso XII, *h*, observar-se-á o seguinte:

I - nas operações com os lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo, o imposto caberá ao Estado onde ocorrer o consumo;

II - nas operações interestaduais, entre contribuintes, com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, o imposto será repartido entre os Estados de origem e de destino, mantendo-se a mesma proporcionalidade que ocorre nas operações com as demais mercadorias;

III - nas operações interestaduais com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, destinadas a não contribuinte, o imposto caberá ao Estado de origem;

IV - as alíquotas do imposto serão definidas mediante deliberação dos Estados e Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, *g*, observando-se o seguinte:

a) serão uniformes em todo o território nacional, podendo ser diferenciadas por produto;

b) poderão ser específicas, por unidade de medida adotada, ou *ad valorem*, incidindo sobre o valor da operação ou sobre o preço que o produto ou seu similar alcançaria em uma venda em condições de livre concorrência;

c) poderão ser reduzidas e restabelecidas, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, *b*. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 5º As regras necessárias à aplicação do disposto no § 4º, inclusive as relativas à apuração e à destinação do imposto, serão estabelecidas mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, *g*. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001\)](#)

§ 6º O imposto previsto no inciso III:

I - terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal;

II - poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003\)](#)

## Seção V Dos Impostos dos Municípios

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar. [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993\)](#)

IV – [\(Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993\)](#)

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: [\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)](#)

I – ser progressivo em razão do valor do imóvel; e [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)](#)

II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel. [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)](#)

§ 2.º O imposto previsto no inciso II:

I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II - compete ao Município da situação do bem.

§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do *caput* deste artigo, cabe à lei complementar: [\(“Caput” do parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002\)](#)

I - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993 e com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002\)](#)

II - excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993\)](#)

III – regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados. [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002\)](#)

§ 4º [\(Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993\)](#)

.....  
.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------